

Sul América Santa Cruz Participações S.A.
CNPJ 92.664.937/0001-80



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2018. Em 2018, a Companhia obteve lucro líquido de R\$78,4 milhões, frente a lucro líquido de R\$91,7 milhões no exercício de 2017. Rio de Janeiro, 26 de março de 2019. A DIRETORIA.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em milhares de reais)

	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante		1.081.701	997.023	Circulante	–	20.658	30.431
Disponível	6	997	828	Contas a pagar	–	20.658	30.431
Caixa e bancos		997	828	Obrigações a pagar	10	19.065	22.294
Aplicações financeiras	7	1.068.709	972.857	Impostos e contribuições	11	1.015	7.754
Aplicações financeiras		1.068.709	972.857	Outras contas a pagar	12	578	383
Títulos e créditos a receber	–	12.048	23.338	Não circulante	–	102.757	99.635
Títulos e créditos a receber	–	1.838	1.803	Contas a pagar	–	80.824	78.481
Dividendos a receber	–	–	13.639	Obrigações a pagar	10	80.824	78.481
Créditos tributários e previdenciários	8	11.234	9.222	Outras ações judiciais	14.2	21.933	21.154
Outros	–	723	474	Provisões judiciais	–	21.933	21.154
(-) Redução ao valor recuperável	–	(1.800)	(1.800)	Patrimônio líquido	15	1.365.225	1.300.207
Não circulante	–	406.939	433.250	Capital social	–	1.137.873	1.137.873
Realizável a longo prazo	–	140.229	138.323	Reservas de capital		(32.990)	(32.990)
Títulos e créditos a receber	–	140.229	138.323	Reservas de lucros	–	246.210	186.455
Créditos tributários e previdenciários	8	15.278	15.555	Ajuste de avaliação patrimonial	–	14.132	8.869
Depósitos judiciais e fiscais	14.1	125.004	122.768	Total do passivo e patrimônio líquido		1.488.640	1.430.273
Investimentos	–	266.660	294.915				
Participações societárias	9	266.384	294.654				
Imóveis destinados à renda	–	15	–				
Outros investimentos	–	284	284				
(-) Redução ao valor recuperável	–	(23)	(23)				
Imobilizado	–	(3)	12				
Total do ativo		1.488.640	1.430.273				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em milhares de reais)

Descrição	Reserva de capital			Reservas de lucros				Total do
	Ágio/Deságio	Total da		Total das	Ajustes de			
	Capital em transação social	Reserva de capital de capital	Reserva legal estatutária	Reserva de lucros estatutária	avaliação patrimonial	Lucros acumulados		patrimônio líquido
Saldos em 01/01/2017	837.896	(32.990)	(32.990)	18.281	98.262	116.543	(13.164)	– 908.285
Aumento de Capital conforme AGE do dia 22/12/2017	299.977	–	–	–	–	–	–	299.977
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	22.033	–	22.033
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	91.688 91.688
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	–	–	–	4.584	–	4.584	–	(4.584) –
Reserva estatutária	–	–	–	–	65.328	65.328	–	(65.328) –
Dividendos obrigatórios - R\$1.287,99 (em reais) por ação	–	–	–	–	–	–	–	(21.776) (21.776)
Saldos em 31/12/2017	1.137.873	(32.990)	(32.990)	22.865	163.590	186.455	8.869	– 1.300.207
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	5.263	–	5.263
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	78.367 78.367
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	–	–	–	3.918	–	3.918	–	(3.918) –
Reserva estatutária	–	–	–	–	55.837	55.837	–	(55.837) –
Dividendos obrigatórios - R\$1.100,85 (em reais) por ação	–	–	–	–	–	–	–	(18.612) (18.612)
Saldos em 31/12/2018	1.137.873	(32.990)	(32.990)	26.783	219.427	246.210	14.132	– 1.365.225

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA SANTA CRUZ PARTICIPAÇÕES S.A. denominada “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Laragóli Lucas, 121 no bairro Cidade Nova, e tem como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a participação em outras sociedades mercantis ou civis, notadamente na área de Capitalização. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada “CIA. SAÚDE” e tem como controladora indireta a Sul América S.A., denominada “SASA” A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou em 27/02/2019 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2018, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras e declaração de conformidade às normas CPC: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista o atendimento às condições previstas no item 04 do CPC 36, destacando-se que sua controladora indireta Sul América S.A. apresenta demonstrações financeiras consolidadas. A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/03/2019. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos (nota 5), dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos instrumentos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota 7). 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. **Auração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. 3.1.2. **Balanco patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: 3.2.1. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. **Derivativos:** São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por contratos futuros. 3.2.2. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”; “custo amortizado” são classificados como “valor justo por meio de outros resultados abrangentes” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.3. **Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. 3.4. **Investimentos – participações societárias:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; e • O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. 3.5. **Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os saldos contábeis dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida indefinida, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.6. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 02 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão

relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. 3.7. **Passivos financeiros circulantes e não circulantes:** Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras. 3.8. **Provisões para ações judiciais:** 3.8.1. **Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,59% ao ano (10,65% em 2017). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica “Provisões judiciais”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. 3.8.2. **Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Obrigações a pagar”, no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. 3.9. **Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. 3.10. **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Os principais itens das demonstrações financeiras, registrados com base em estimativas, referem-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e demais saldos sujeitos a esta avaliação, o registro dos créditos tributários com base na expectativa de resultados futuros e a constituição de provisões para ações judiciais registradas com base na expectativa da decisão final dos processos. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (notas 5 e 7); • Movimentação dos créditos e débitos tributários (nota 8.2); • Provisões judiciais (nota 14.2); e • Obrigações fiscais (nota 14.3). 3.11. Normas emitidas e revisadas: 3.11.1. **Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras: A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2018. • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contratos de clientes – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) – Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 – 2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 – Em vigor a partir de 01/01/2018; e • ICPC 21 / IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento – Em vigor a partir de 01/01/2018. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2018 e não**

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Resultado de equivalência patrimonial	9	30.400	53.308
Outras receitas e (despesas)	–	68.233	66.276
Despesas administrativas	16.1	(1.934)	(1.333)
Despesas com tributos	16.2	(4.122)	(3.363)
Receitas financeiras	16.3.2	112.589	93.189
Despesas financeiras	16.3.3	(38.300)	(21.970)
Receitas e despesas patrimoniais	–	–	(247)
Resultado antes dos impostos	–	98.633	119.584
Imposto de renda	17	(14.809)	(20.318)
Contribuição social	17	(5.457)	(7.578)
Lucro líquido do exercício	–	78.367	91.688
Quantidade de ações		16.907	16.907
Lucro líquido do exercício por ação		4,64	5,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Lucro líquido do exercício		78.367	91.688
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
(Perdas) / Ganhos atuariais, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	18	107	(116)
Efeitos fiscais	18	(36)	39
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (Perdas) não realizadas com ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7.2	8.532	3.347
Efeitos fiscais	18	(2.879)	(1.138)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	9	(461)	19.901
Componentes do resultado abrangente	–	5.263	22.033
Resultado abrangente do exercício	–	83.630	113.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	98.633	119.584
Mais		
Juros e variações monetárias de refinanciamento fiscal (REFIS)	10	15
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais	5.498	5.132
Outros	–	2
Menos		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(30.400)	(53.308)
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(4.213)	(7.867)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	(4.653)	(130)
Atividades operacionais		
Variação de aplicações financeiras	(90.128)	(335.423)
Títulos e créditos a receber	4.609	6.429
Dividendos recebidos	69.286	16.045
Variação de contas a pagar	(9.006)	(7.350)
Variação de outras ações judiciais	398	(4.349)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.650)	(21.113)
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	–	(2.407)
Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades operacionais	19.384	(284.740)
Atividades de investimento		
Compra de participações societárias	–	(15.230)
Recebimento referente ao grupamento de ações	2.561	–
Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades de investimento	2.561	(15.230)
Atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(21.776)	–
Aumento de capital	–	299.977
Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades de financiamento	(21.776)	299.977
Aumento no caixa	169	7
Caixa no início do exercício	828	821
Caixa no final do exercício	997	828
Aumento no caixa	169	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

adotadas de forma antecipada pela Companhia: Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que a norma a seguir possa ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial. • IFRS 16 / CPC 6 (R2) – Arrendamento mercantil – Em vigor a partir de 01/01/2019. A IFRS 16/ CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2019 e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários com reconhecimento de um ativo representado pelo direito de uso de utilizar o ativo arrendado e de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor e foram adotadas pela Companhia, quando aplicável. A Companhia irá aplicar a norma em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, sem atualização das informações comparativas. Não haverá efeitos cumulativos a serem reconhecidos como ajustes ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Em 31/12/2018, os impactos mais significativos identificados referem-se ao reconhecimento de novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais dos aluguéis da sede do Rio de Janeiro (novo contrato), que totaliza R\$389 e da filial, que totaliza R\$151. Outro ponto a se destacar é que a entrada em vigor da IFRS 16 está relacionada com a natureza das despesas dos contratos de arrendamento, que passarão a ser reconhecidos como depreciação de ativos de direito de uso, bem como o reconhecimento da despesa de juros sobre obrigações de arrendamento em substituição à despesa linear de arrendamento operacional. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda – Em vigor a partir de 01/01/2019; e • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 – Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa cabendo a ele,
continua

<

continuação

Sul América Santa Cruz Participações S.A. – CNPJ 92.664.937/0001-80

Descrição	2018		2017		18. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no resultado abrangente:			
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social			2018	
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	98.633	98.633	119.584	119.584				
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(24.658)	(8.877)	(29.896)	(10.763)				
Correntes:								
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%				
Adições:								
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(1.012)	(429)	–	(379)				
Despesas não dedutíveis	(210)	(75)	(409)	(147)				
Juros sobre capital próprio	–	–	(4.011)	(1.444)				
Outras	(498)	(7)	(38)	(22)				
Subtotal	(1.720)	(511)	(4.458)	(1.992)				
Exclusões:								
Resultado positivo de equivalência patrimonial	7.600	2.736	13.327	4.798				
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	–	–	773	–				
Atualização de depósitos judiciais	1.036	373	1.899	684				
Subtotal	8.636	3.109	15.999	5.482				
Redução de incentivos fiscais	829	–	706	–				
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(16.913)	(6.279)	(17.649)	(7.273)				
Diferidos:								
Constituição / (reversão) - Crédito tributário sobre diferenças temporárias	852	371	(773)	401				
Débitos tributários sobre atualizações de depósitos judiciais	(514)	(185)	(1.896)	(683)				
Constituição - Redução ao valor recuperável	1.766	636	–	(23)				
Receitas / (despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido	2.104	822	(2.669)	(305)				
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(14.809)	(5.457)	(20.318)	(7.578)				
Alíquota efetiva	15,01%	5,53%	16,99%	6,34%				
Alíquota efetiva combinada		20,54%		23,33%				

Diretoria: Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. Diretor Vice-Presidente: Ricardo Bottas Dourado dos Santos. Diretor: Laenio Pereira dos Santos Contador: Mauro Reis d'Almeida - CRC - RJ 066.620/O-7.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Santa Cruz Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Santa Cruz Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Santa Cruz Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras." Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi

Contador

CRC 1RJ 081.401/O-5

Deloitte.

